

**Dossiê Educação Ambiental & Educação do Campo**

# **A decolonialidade e corpo-território como base epistêmica para compreensão do racismo ambiental no Brasil**

Decoloniality and body-territory as epistemic basis for understanding environmental racism in Brazil

Decolonialidad y cuerpo-territorio como base epistémica para comprender el racismo ambiental en Brasil

**Iago Gomes da Silva<sup>1</sup>** , **Eduardo Oliveira Miranda<sup>1</sup>** 

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo uma abordagem teórica acerca da decolonialidade como efetiva base epistêmica para compreender e avançar sobre o debate de racismo ambiental no Brasil, visto que o conceito emergiu no contexto estadunidense de luta pelos direitos civis das populações negras, no qual se identificaram impactos ecológicos distintos entre diferentes grupos raciais. Uma vez que, no que denominam América-Latina, além das diferenças internas entre os grupos, existe uma marca externa a ela centrada na relação com o imperialismo, portanto tendo o racismo como um elemento estruturante das relações políticas, sociais, culturais e territoriais. Dessa forma, tomando a decolonialidade para alcançar a relevância do tema, na sua dimensão política atual, tendo no corpo-território o lugar de partida.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Racismo ambiental; Corpo-território

## **ABSTRACT**

This article aims at a theoretical approach to decoloniality as an effective epistemic basis for understanding and advancing the debate on environmental racism in Brazil, since the concept emerged in the American context of the struggle for civil rights for black populations, where impacts were identified. ecological differences between different racial groups. Since, in what they call Latin America, in addition to the internal differences between the groups, there is an external mark centered on the relationship with imperialism, therefore having racism as a structuring element of political, social, cultural

and territorial relations. In this way, taking decoloniality to achieve the relevance of the theme, in its current political dimension, having the body-territory as the starting place.

**Keywords:** Environmental Education; Environmental racism; Body-territory

## RESUMEN

---

Este artículo tiene como objetivo un acercamiento teórico a la decolonialidad como base epistémica efectiva para comprender y avanzar en el debate sobre el racismo ambiental en Brasil, ya que el concepto surgió en el contexto estadounidense de lucha por los derechos civiles de las poblaciones negras, donde se identificaron impactos ecológicos. diferencias entre los diferentes grupos raciales. Ya que, en lo que llaman América Latina, además de las diferencias internas entre los grupos, existe una marca externa centrada en la relación con el imperialismo, teniendo por tanto el racismo como elemento estructurador de las relaciones políticas, sociales, culturales y territoriales. De esta manera, tomando la decolonialidad para lograr la pertinencia del tema, en su dimensión política actual, teniendo como punto de partida el cuerpo-territorio.

**Plabras-claves:** Educación ambiental; Racismo ambiental; Cuerpo-territorio

## 1 INTRODUÇÃO

*“Trate bem a Terra, ela não foi doada a você por seus pais, mas emprestada a você por seus filhos” (Provérbio africano).*

Iniciamos esta conversa a partir da problemática que atravessa toda a nossa escrita: *a grafia humana sobre e com a Terra (geo)*. É justamente este lugar de interação humanidade-terra-humanidade que nos interessa, não necessariamente neste tempo presente, mas que nos acompanha desde outras temporalidades civilizatórias da África, como evidencia o provérbio que abre nossos caminhos.

Pensar nossa relação com a Terra é fulcral no que tange a concepção de humanização destilada pelas caravelas em diversas partes do globo. Ter a dimensão de que a Terra é o nosso território de passagem e, por conta disso, exige um posicionamento contra hierárquico que vai na contramão das ideologias civilizatórias das colonialidades. Para as caravelas, a relação do homem com a Terra só pode ser constituída no ato da humanidade ser, por completo, desenraizada da relação afetiva com todos os elementos que compõem a natureza, onde a Europa se inventou nesta polaridade: Homem versus Natureza (Terra):

[...] a linha científica das colonialidades sistematiza o despregamento do homem de qualquer outro elemento que o vincula à terra, ao solo, ao

sentir, ao saber e viver com a natureza. O homem na visão das caravelas só pode ser concebido como um corpo humano a partir de uma tomada de valor produtivista que o distingue dos elementos naturais passíveis do progresso tecnológico e epistemológico europocêntrico (MIRANDA, 2022, p. 92).

Por conta disso, há certeza de que a Terra é uma propriedade e que dela o homem possui autorização para desempenhar o que for do seu desejo. E todas as outras formas de existência para com ela devem ser suplantadas ao campo do animalesco, não humano, sem alma e inadaptável ao trato com a exploração comercial, o que justificou a colonização, o genocídio epistêmico e a invenção da América Latina. É para reinventar possibilidades que este texto se inscreve na tecnologia e desobediência decolonial sobre a centralidade da temática: racismo ambiental.

Desde os primeiros tempos, a humanidade tem territorializado-se e desterritorializado-se constantemente. A passagem de parte considerável dos povos da condição de nomadismo para a de sedentarismo levou ao surgimento de cidades, regiões, civilizações, nações, que não apenas fecundaram modificações no chão propriamente dito, mas constituíram relações políticas, sociais e culturais que caracterizam essas sociedades, não apenas especificando-as, mas hierarquizando-as, além de promover divisões internas e externas e travar, ao longo da história, embates e conflitos, que ainda que não se fizeram tão à mostra, pois permaneceram em circulação nesses mesmos territórios e “desterritórios”.

É na modernidade que a noção atual de raça surge como um elemento estruturante dos modelos colonizadores que países da Europa estenderam às civilizações pertencentes a outros continentes, como às Áfricas<sup>1</sup> e às Américas. Vale salientar que a noção e a compreensão de raça não se deve partir de uma percepção de estaticidade, ou seja, de não sofrer modificações por possuir uma suposta historicidade, mas justamente pela história ser marcada por conflitos,

---

<sup>1</sup> Aqui opto por utilizar no plural para significar a pluridiversidade dos povos, línguas, culturas em lugar da homogeneidade colonialista costumeiramente associada.

mudanças e embates é que a raça aparece na contemporaneidade, não somente como uma invenção, mas como uma reinvenção constante, o que Silvio Almeida (2019, p. 19) caracterizou como relacional e que faz dela um elemento imprescindível para entendimento de todas as demais relações estabelecidas ao longo do desenvolvimento das sociedades modernas e atuais.

Partindo dessa contextualização inicial, se faz preciso saltar epistemicamente para a compreensão do fenômeno da decolonialidade por intermédio das próprias condições materiais internas à colonização, de onde irrompem, como uma estratégia política revolucionária, pautada não apenas nas resistências ao programa de exploração e extermínio dos povos não-brancos, mas também em propostas de transformações do mundo onde (não)habitamos. Para Cesaire (1978, p. 65), a empresa colonial é para o mundo moderno preparador do Desastre e precursor da Catástrofe. É essa empresa a responsável por inserir, como marca civilizatória, em nossos corpos-territórios, no ambiente onde existimos, a forma violenta de ser, de saber e de poder que ultrapassam inclusive o fim oficial da relação metrópole-colônia, como identifica Quijano (2005).

É pela identificação da decolonialidade como emersão não somente de mero conceito, mas como prática permanente de transformação social na vida comum (RUFINO, 2019, p. 11), que movimentos estão sempre se fazendo presentes, nascendo das entranhas dos e das que mais sofrem com o destroçamento promovido pela colonização. Movimentos Negros, Indígenas, Quilombolas e outros que se apresentam na perspectiva anticolonial estão na arena de disputa política e de enfrentamento cotidiano, identificando, expondo e formulando rebeldias, pedagogias insurgentes, trajetórias que possam alterar as rotas de violência. Assim, nasce a percepção que fornece os pressupostos militantes-epistêmicos acerca do racismo ambiental.

Entendendo o racismo ambiental como uma processualidade do racismo estrutural, procurarei identificar a leitura acerca deste importante conceito dentro dos marcos civilizatórios coloniais-capitalistas estabelecidos via colonialidade para

noção que comumente se tem de meio-ambiente e também de racismo, esvaziado de seu sentido profundo e tratado quase sempre como mera problemática individual. A partir disso, a proposta partirá da noção de que as relações raciais decorrentes deste lugar histórico são expressão da luta anticolonial e da luta também de classes (OLIVEIRA, 2022, p. 56).

Visto essa explanação inicial, o objetivo central deste artigo é apresentar a utilização do conceito de racismo ambiental numa realidade marcada por extremas desigualdades econômicas, políticas, sociais, com o racismo sendo um elemento estruturador delas por consequência da colonialidade e, portanto, tendo a decolonialidade irrompendo como forma de propagar enfrentamentos militantes e epistemológicos.

## **2 COMER DA COMIDA QUE NOSSOS ANCESTRAIS PREPARARAM: A DECOLONIALIDADE COMO BASE EPISTÊMICA**

Há um tempo atrás, enquanto transitava pelas redes sociais, me deparei com a seguinte chamada de uma matéria jornalística: “Com preço de sabonete e xampu em alta, brasileiros economizam com higiene pessoal”<sup>2</sup>. No corpo da matéria é possível ver os resultados de uma pesquisa, realizada pela consultoria Kantar, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*. Feita a partir de dados levantados no ano de 2022, se identificou, entre as muitas questões, um crescimento de 9% do não uso de sabonete no segundo banho diário e de que 31% dos brasileiros cortaram o sabonete e o xampu da lista de compras e a motivação é, sobretudo, o preço.

Essa informação não é isolada do contexto econômico e político do país, ao contrário, está diretamente ligada a ele. Mas também não se faz distante do contexto histórico, pois revela faces das estratégias forçadas que negros, indígenas,

---

<sup>2</sup> A matéria foi realizada pelo Brasil de Fato. Link: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/03/com-preco-do-sabonete-e-do-xampu-em-alta-brasileiros-economizam-com-higiene-pessoal>

mulheres negras sempre tiveram que construir para sobreviver em meio ao caos. Se a grana é pouca e é preciso escolher entre comer ou tomar banho, é óbvio que a comida na sua boca ou na de seus filhos e filhas será prioridade, ainda que se saiba que a higiene pessoal também significa cuidado e sobrevivência, se alimentar é pressuposto básico do viver.

O que também é preciso observar é que estar bem alimentado, limpo, saudável mentalmente não se faz isolando as condições estruturais da sociedade, mas decorrendo da análise dessas mesmas condições. Afinal, quem são os sujeitos que mais sofrem com estatísticas como estas? Quais as causas justificáveis para ainda termos que escolher entre comer e cuidar da higiene pessoal? Para isto, é preciso esfacular o que é o Estado Colonial-Capitalista e todos os efeitos decorrentes dele.

Segundo o professor Dennis de Oliveira (2019, p. 56), o racismo está diretamente ligado à constituição do sistema-mundo do capital, ou seja, não se faz possível compreender o funcionamento das atuais relações econômicas e sociais sem partir de como o racismo se estabeleceu como uma forma de poder que, primeiro, causa a condenação de grupos inteiros à desumanização e, segundo, inibe a própria articulação dos nossos e nossas em denunciar as múltiplas formas de manifestação que ele possui, inclusive quando “dispersas” em estatísticas amplas sem uma racialização.

Aqui, cito Quijano (2005, p. 119), quando afirma que:

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante –os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus) – foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Consequentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial.

O que Quijano traz é que, mesmo com o fim da dominação colonial oficial, a raça seguiu sendo um importante critério de abastecimento de velhas e novas formas de exploração, de desumanização através da classificação e hierarquização, de validação de saberes e mesmo do que gera indignação e do que é visto com naturalidade. O racismo não se fez apenas, portanto, um elemento presente na justificativa colonial de invasão, mas no curso de todas as relações ainda presentes e amplificadas, o que configura a colonialidade, que se desdobra na colonialidade do Ser, do Saber e do Poder. É a partir, por exemplo, da colonialidade do poder que se fundam heterotopias, dentro do paradoxo de viver dentro dessa relação, mas construindo estratégias de romper com ela.

Estes desdobramentos da colonialidade não se dão de formas separadas, como linhas excludentes, mas que se transversalizam, e que a sua separação ocorre apenas para fins laboratoriais, em pesquisas científicas, por exemplo. Quando pensamos os sujeitos atravessados pela colonialidade não podemos perder de observar os processos responsáveis por levá-los a desmembramentos que atingem o seu Ser, que reconfiguram excluindo saberes e promovendo outros em seu lugar e fundando uma lógica de poder que está no funcionamento das instituições políticas e em toda a ambientalização dos meios onde vivem. É a partir dessa constatação que cabe pensarmos a colonização como uma marca presente na própria forma de (não)existirmos dentro do espaço-tempo onde estamos, e as formas de habitar.

Diversos processos rebeldes insurgentes do Brasil Colonial se caracterizaram pela própria condição de estarem dentro de um *habitat colonial*. Aqui, é preciso compreender o habitar colonial como uma forma de estar nesse mundo não apenas fisicamente, mas também subjetivamente. Por esta experiência de habitação, é que a descolonização emerge como uma forma de ir contra todas as diferentes formas de dominação que existiram e existem e que nos impõem uma lógica de pensar (MARTINS; BENZAQUEN, 2017, p. 15-16). Descolonizar, portanto, é construir lógicas diferentes (Idem).

Essa não é uma característica restrita ao Brasil, mas a toda a América<sup>3</sup>. A Revolução Haitiana é um importante marco descolonizador e, tal qual a própria Revolução Cubana, apresentou (des)caminhos à lógica impetrada pelos europeus e consequente sistema colonial-capitalista.

Com isto, a decolonialidade surge, em suas diversas vias, como uma comida preparada por nossos e nossas ancestrais, seja nos atos de rebeldia que constituiu Quilombos, embates, revoluções, seja na produção epistemológica acerca dela mesma e de conceitos e formulações que nos alimentam intelectualmente.

Não se trata de compreender a decolonialidade como um combate a tudo e a todos, mas como uma estratégia processual a outros fenômenos de exploração e opressão também processuais. Se o colonialismo segue em curso, se atualizando em forma, a decolonialidade também deve acompanhá-lo para se fazer paradoxo das contradições de um sistema-mundo que marca nossos *corpos-territórios*<sup>4</sup>, como elucida Eduardo Miranda (2022, p. 93):

A perspectiva de corpo-território busca retirar a neblina para que do outro lado na penumbra se encontre uma leitura de mundo que extrapole um único horizonte de ser, sentir, viver e criar nossos afetos. Trazer um olhar para o território, pode de início, cristalizá-lo em uma concepção meramente estática, fixa e imutável. Porém, convido você a saber que o seu corpo tem existido na América Latina como um dispositivo de disputas, as quais podem ser tracionadas para reverberar o projeto civilizatório advindo das caravelas, mas que também consegue se insurgir e prospectivar nas brechas e gretas as potências políticas de tensionamentos da estrutura social.

Perceber a colonialidade como manutenção e ampliação das formas de exploração e desumanização é não datá-la apenas em um período, mas distribuí-la na mesma proporção que movimentos de rotação e translação acontecem, sem a naturalização do processo, mas a partir da sua historicização e territorialidade, quando agrega outras formas de controle dos corpos como o patriarcado, a

---

<sup>3</sup> Conceito cunhado por Lélia Gonzales em “A categoria política da Amefricanidade”.

<sup>4</sup> O conceito de corpo-território aqui utilizado parte das formulações do professor Eduardo O. Miranda em “Corpo-Território & Educação Decolonial” (2020), quando ele afirma se tratar de “um texto vivo, um texto-corpo que narra as histórias e experiências que o atravessa” (p.25).

heterocisgeneridade, o capacitismo e se fazem de forma permanente e transversal, cruzando-se, agregando-se e somatizando-se.

São nas tessituras de esteiras de saber, nos assentamentos realizados a partir dos processos de resignificação do ser, nas invenções de territorialidades, saberes e identidades advindos das experiências transatlânticas das populações negro-africanas (RUFINO, 2019, p. 42) que se forjam as armas da decolonialidade. Mas não apenas, também são das resistências dos povos indígenas, da polifonia intelectual e militante nascida das entranhas de quem possuem outras formas de olhar a natureza que se deve partir o forjar de um mundo anticolonial. É da pedagogia do oprimido, dos condenados e condenadas da terra, das encruzilhadas pedagógicas que se constroem os caminhos os quais utilizamos para alimentar a nós mesmos, a outros e outras e a quem se percebe vivo, estrategicamente sobrevivendo para se fazer o amanhã, ainda que para isso não tenha um sabonete para tomar banho, violentados e violentadas por uma economia sempre de números, mas nada de humanitária quando se referem a nossos corpos e existências.

A decolonialidade é a comida preparada por nossos ancestrais. Por quilombos desde Palmares, pelas terras indígenas que esse país é, pelos que lutam e educam através dos movimentos de libertação, livros e artigos que escrevemos e publicamos. Comida preparada em abundância, mesmo quando essa abundância não é considerada pelos anais acadêmicos. Resta a nós abastecer o fogão com as lenhas epistêmicas para que o preparo siga sendo feito e alimente bocas, olhos, ouvidos e pele.

### **3 CONCEITOS EM TRÂNSITO TEMPORAL E ESPACIAL**

Não à toa Quijano (2005) inicia *“Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”* falando da globalização como um importante elemento em curso de continuidade da colonização, afinal se, por um lado, Milton Santos (2020)

identifica esse modelo de fluxos globais como o compartilhamento das perversidades produzidas, ele salta para propor uma outra globalização que se faz presente na necessidade de

haver um projeto nacional, e este não pode ser uma formulação automaticamente derivada do projeto hegemônico e limitativo da globalização atual. Ao contrário, partindo das realidades e das necessidades de cada nação, deve não só entendê-las, como também constituir uma promessa de reformulação da própria ordem mundial. (SANTOS, 2020, p. 75)

Não é possível haver esse projeto e essa “outra globalização”, abrindo mão da decolonialidade e do intercâmbio entre as propostas emergidas dela em diferentes espaços e territórios de resistências, ainda que se defenda a caracterização própria de cada lugar, de cada tempo, das vozes plurais que gritam possibilidades e alternativas. Isso significa que há conceitos que nascem de condições materiais específicas, mas que se tornam úteis e necessárias em outras realidades, que guardam semelhanças e pontos de encontro. Assim, faço justificativa ao uso do conceito de Racismo Ambiental na realidade brasileira.

O uso do conceito publicamente é associado ao militante dos direitos civis nos EUA, Benjamim Chavez, em 1978. No contexto, irrompiam denúncias dos movimentos negros, nativos e latinos da distribuição desigual dos danos ambientais ocasionados pelo Estado imperialista norte-americano. À época se falava muito da contaminação química de lugares onde eram habitados por maior proporção de população não-branca, nos lugares escolhidos para servir de aterros sanitários estarem associados ao fator racial. Todo esse conjunto de fatos resultaram em pesquisas acadêmicas, debates públicos e incômodos em concepções ambientais que desconsideravam elementos sociais nas análises ambientais, o que resulta, ainda hoje, em embates conceituais que envolvem o uso dos conceitos de Injustiça e Justiça Ambiental versus Racismo Ambiental.

Quando as noções políticas em torno do conceito chegam ao Brasil, imediatamente ocorre uma associação aos povos que mais sofrem diretamente

com os danos ambientais e que fazem parte de comunidades tradicionais, como os povos indígenas, quilombolas, moradores e moradoras de favelas, povos tradicionais de terreiro.

Segundo Silva (2012, p. 88) são os grupos racialmente discriminados e as populações de baixa renda a arcar com a carga mais pesada dos danos ambientais gerados pelo desenvolvimento. Esse desenvolvimento pode ser compreendido à luz da globalização capitalista, por isso com

a Globalização, alguns processos que estavam isolados em relação a racismo vieram à tona em várias partes do Planeta e, no Brasil, para entender como o racismo ambiental se constrói, pode-se recorrer às noções apresentadas por Leff (2006) quando ele coloca que em face do processo de globalização regido pela racionalidade econômica e as leis do mercado está emergindo uma política do lugar, do espaço e do tempo mobilizada por novos direitos culturais dos povos. (SANTANA, 2018, p. 209)

Os impactos dos agentes e exigências globais sob um território historicamente marcado pela condição de colônia, como a América-Latina, reforçam desigualdades presentes e as intensifica a ponto de retirar as condições já poucas e insuficientes de humanidade. Se dentro dos EUA é possível identificar danos ambientais sendo transmitidos à população negra com maior intensidade, pensando a relação que eles estabelecem dentro dos princípios instituídos pelo eurocentrismo e amplificado na sua política imperialista, os territórios alvos de sua política econômica certamente sentem de forma amplificada a processualidade do racismo ambiental. Assim, “o novo modelo de acumulação escapa das regulações dos estados nacionais e se coloca em espaços de poder transnacionais fortalecendo os sistemas de controle dos países do capitalismo central” (MARTINS; BENZAQUEN, 2017, p. 12-13).

Dessa forma, ainda que o racismo ambiental seja uma expressão para dar conta da realidade de, sobretudo, grupos específicos que possuem uma ligação mais direta com territórios ameaçados também de forma mais direta pela Política do Latifúndio, é preciso pensar a sua utilidade a partir de outro importante

conceito: o de Racismo Estrutural. É com isso que se faz possível não apenas identificar os danos resultantes da ambientalização através do racismo, mas das próprias causas e modulações que desenham rede de forças e movimentos permanentes responsáveis diretos pelos danos ambientais que atingem a toda a população do planeta e ameaça a própria existência da Terra.

Outro conceito que precisa ser compreendido dentro de uma leitura temporal e espacial é o de meio-ambiente. Comumente utilizado como referência a aspectos específicos da natureza, seu uso é associado isoladamente a fatores climáticos e consequente existência da biodiversidade (árvores, animais, solo). Só que alargar a noção de meio-ambiente para dar conta das múltiplas relações que acontecem em seu interior partem de uma necessidade mais ampla de não restringir a crise ambiental a uma demanda isolada do que é o racismo, o machismo, a LGBTfobia, o capacitismo, as desigualdades socioeconômicas.

Se nós, enquanto sujeitos, não apenas fazemos parte do meio onde habitamos, mas também o condicionamos, e o alteramos conforme os movimentos que realizamos nele, todas as relações que atravessam os nossos corpos-territórios devem ser levadas em consideração quando buscamos analisá-lo. Considerando isso, faremos da ecologia decolonial um grito multissecular e de apelo por um mundo (FERDINAND, 2022, p. 37).

Quando Malcom Ferdinand (2022) afirma que “essa luta pela árvore e pela floresta é, sobretudo, uma luta anti-imperialista” (p. 36), justifica isso afirmando que é “o imperialismo o incendiário de nossas florestas e nossas savanas” (idem). Da mesma forma, os processos de desumanização de nossos corpos, que atravessam nossas existências por meio da violência e impetram lógicas de exploração e opressão uns aos outros, inclusive aos animais e às matas, fazem parte da configuração territorial que (não)habitamos.

Quando pensamos a história da Colonização nas Américas, não se trata apenas da materialização escravocrata de um sistema baseado na condenação econômica do outro a uma esfera de subserviência que deixa de fora a

(des)territorialização de um mundo inteiro – e afirmo mundo, porque mesmo a Europa também foi modificada para atender ao novo sistema-mundo. Portanto, propor uma ecologia decolonial parte de considerarmos a ambientação em nosso tempo e espaço como fruto da lógica capital-colonial e que exerce poder suficiente para levar um planeta inteiro à destruição, então,

Essa abolição sem ecologia não questiona em absoluto o habitar colonial, as formas inerentes de exploração da Terra e dos não humanos. A emancipação plantationária e a abolição sem ecologia convergem para o mesmo horizonte: a manutenção da plantation negreira e misógina. Assim, a preservação do habitar colonial e de suas plantations foi a condição da abolição dos e das escravidões dos Pretos nas Américas. (FERDINAND, 2022, p. 143)

Assim como a Lei Áurea não trouxe uma libertação dos corpos de fato dos negros e negras, também não trouxe um rompimento com a lógica colonizadora sob o território, mas manteve o mesmo funcionamento, estendendo-a a outros meios de exploração, hoje sustentados pelas políticas globalizantes camufladas de sustentação econômica do país, como o Agronegócio é uma continuidade direta das políticas de monocultura da cana-de-açúcar e do café e de tudo que elas representaram, no uso da exploração da força de trabalho, na tomada de terras indígenas, na destruição de florestas, matas e campos, no empobrecimento do solo, no genocídio de quem as ameaça como garantia de sua manutenção como política econômica de favorecimento de uma classe hegemônica. É assim que o ódio aos negros, indígenas, mulheres serve de sustentação de uma política de habitação colonial.

É daí que o racismo se estrutura e se torna um estruturante não só de relações sociais, mas de nações inteiras, que são utilizadas para servir a manutenção de um mundo forjado em hierarquias de poder, afinal “os mecanismos estruturais do racismo estão diretamente ligados ao modelo de acumulação de riquezas do capitalismo dependente” (OLIVEIRA, 2022, p. 198) e isso só se faz possível porque eles partem do “formato do arranjo institucional da matriz colonial de poder” (Idem). O Racismo Estrutural não é apenas fruto da

colonização, mas da continuidade dela a partir da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Pensar o Racismo Ambiental é, logo, pensar a territorialização do racismo desde a colonização para a colonialidade e sua manifestação em todas as instituições presentes. Afirmando, com isso, que o Racismo Ambiental é a processualidade do Racismo Estrutural de uma forma que não apenas impacta o espaço-tempo, mas também o próprio ser, pois nos (des)territorializa no habitar colonial e em todas as relações desiguais produzidas dentro dele, nos excluindo em direitos, nos incluindo em reprodução das violências que atingem o objetivo de manutenção do lugar de colônia no fluxo da globalização.

Assim, é por via da decolonialidade que podemos alcançar uma ruptura com o que não nos contempla em realidade sociopolítica e cultural, mas um encontro com aquilo que pode ampliar nossas estratégias de construção de uma nação que coloque os corpos-territórios excluídos do meio como centrais na formulação e intervenção de modos outros de fazer com a pesquisa, com a terra, com o Mundo onde (não)habitamos, transformando até mesmo essa forma de habitar, saindo do habitar colonial para um habitar decolonial.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observar atentamente é acionar todos os nossos sentidos para identificar o que emerge. É se colocar à espreita do que pode nos servir como alimento, encher nossa barriga e separar daquilo que pode nos envenenar. É perceber os fluxos constantes do que chega, do que não chega, do que tem como objetivo nos manter sob a égide de um espaço-tempo colonizado, sob as marcas do imperialismo epistêmico, e daquilo que se produz de outros espaços-tempos que podem servir como comida “ancestralizada”, nos carregar de energias decoloniais.

Aqueles e aquelas que vieram antes de nós aprenderam separando o que é possível fazer para sobrevivência do que é estratégia a longo prazo de

transformação das condições reais de existência. Cunhar conceitos, modificá-los para explicar o nosso lugar e prover novos enunciados são modos de fazer decolonial. Assim, é com o conceito de Racismo Ambiental, que não nos cabe o estadunidense, o norte-americano, mas o nosso, pensado num lugar latino-americano, amefricano, indígena, que brota de um solo castigado pelos fluxos internos da máquina colonial-capitalista e por uma Globalização que é o compartilhamento da miséria em pró das potências econômicas que ditam as regras de funcionamento da máquina.

Não é possível pensar esse conceito partindo de um viés global, que busque explicar modos únicos de existências, quando, primeiro, a própria lógica de região/nação/país é política e carrega a marca da modernidade racista nela. Então, partir de um território pré-condicionado deve nos servir apenas como parâmetro geográfico de localização, mas jamais de uma ontologia que fornece monoculturas de pensamento e existências. É preciso reconhecer a pluridiversidade de vozes, existências, naturezas, formas de lidar com os territórios, de construção coletiva, de relações culturais.

Isso não é esvaziar o objetivo coletivo de mudanças, mas é apurar nossa capacidade inventiva e transformadora para não repetir os modos do opressor. É partir dos oprimidos para construir pedagogias, forjar consciências e fazer decolonial, que é, justamente, encontros e desencontros, movimentos que fazemos para romper com as teias da colonialidade e conseqüentemente produzir uma consciência universal que não é forjada em um pensamento único, mas se faz também as partes que o compõe.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

CESAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução: Noêmia de Souza. Livraria Sá da Costa Editora Ltda, 1978.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GONZALES, L. **A categoria político-cultural da Amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40454>. Acesso em: 7 set. 2022.

MARTINS, P. H.; BENZAQUEN, J. F. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos decoloniais. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, V. II, n. 11, Ago/Dez, 2017. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais/>. Acesso em: 7 set. 2022.

MIRANDA, E. O. **Corpo-território De colonial**. In: Doris Cristina Vicente da Silva Matos, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de Sousa (org.). Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras. 1.ed. Campinas: Pontes Editores, 2022, v. 1, p. 91-94.

MIRANDA, E. O. **Corpo-território & educação de colonial**: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <http://proex.uefs.br/arquivos/File/EBOOKcorpoterritorioeducacaodecolonialrepositorio.pdf>. Acesso em: 7 de set. 2022.

OLIVEIRA, D. de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTANA, E. dos S. Potencialidades da mídia independente como referencial didático no Ensino Médio para o combate ao racismo ambiental. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 201-206, jun. 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVA, L. H. P. E. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-Cadernos Ces**, Coimbra, p. 84-111, 1 set. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em: 5 jun. 2022.

## CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

### 1 – Iago Gomes da Silva

Mestrando em Educação – PPGE/UEFS

<https://orcid.org/0000-0002-1477-2437> • [iagogomes18@gmail.com](mailto:iagogomes18@gmail.com)

Contribuição: Autor principal

### 2 – Eduardo Oliveira Miranda

Doutor em Educação – UFBA

<https://orcid.org/0000-0001-5836-4761> • [eduardomiranda48@gmail.com](mailto:eduardomiranda48@gmail.com)

Contribuição: Co-Autor

## Como citar este artigo

SILVA, I. G. da; MIRANDA, E. O. A decolonialidade e corpo-território como base epistêmica para compreensão do racismo ambiental no Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, Ed. Esp., e5, 2022. DOI 10.5902/2236499472396. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499472396>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.